

Economia - Brasil

Carta de Salvador pede retomada do desenvolvimento

por Rodrigo Mesquita
e Maria José Quadros
de Salvador

O Plano Real está numa encruzilhada. Depois de quinze meses de estabilização, chegou a hora de o governo começar a lançar as bases da retomada do crescimento econômico. Os economistas do País, reunidos no XI Congresso Brasileiro dos Economistas estão, entretanto, céticos.

"O governo abriu mão de todos os instrumentos de política econômica que não o aperto monetário", diz o professor Paul Singer, da Universidade de São Paulo (USP). E, sem uma queda nas taxas de juros e um ajuste no câmbio, o espaço para o crescimento será nulo. É fundamental, neste aspecto, a recuperação de instrumentos de política fiscal. Antônio Carlos Porto Gonçalves, da Universidade Federal Fluminense (UFF), propôs a criação de um imposto sobre consumo com o objetivo de conter a demanda e permitir a queda dos juros.

Na ausência dessa correção de rumos, os economistas traçam dois cenários, ambos pessimistas. No primeiro, o governo prossegue com a política atual e precipita a economia numa crise fiscal, com a explosão da dívida pública, e cambial, com um desequilíbrio na balança comercial provocado pela retração das exportações. No segundo, evita-se a crise, mas se lança o País em uma re-

cessão prolongada, deixando a economia numa situação de estagnação semelhante à vivida pela Argentina e pelo México.

A "Carta de Salvador", que fixou a posição dos economistas, pede a retomada imediata do desenvolvimento e reafirma a disposição da categoria em contribuir nesse debate. Nos últimos anos, a discussão sobre alternativas de estabilização monopolizou a atenção dos economistas. Temas como desenvolvimento ou distribuição de renda passaram a um plano secundário, diz Maurício Coutinho, da Universidade de Campinas (Unicamp). "É um avanço o fato de as pessoas, agora, começarem a discutir essas questões", completa.

Coutinho lançou um alerta no Congresso, que contou com o apoio da Gazeta Mercantil. Nos próximos anos, diz ele, entre 30 e 40% da população brasileira corre o risco de se ver excluída do consumo básico. Qualquer política econômica, diz ele, tem de necessariamente passar pelo crivo da distribuição da renda. Sob pena de se realizar o cenário descrito por Maria da Conceição Tavares, economista e deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) do Rio de Janeiro: "Está-se criando, no Brasil, uma situação de 'apartheid' com a migração das camadas mais pobres para uma situação de absoluta marginalidade", afirma ela.